

---

## **“EU ENTREI AQUI PORQUE EU TIVE UMA VIDA FÁCIL...”: DIÁLOGOS ENTRE O PODER DA BRANQUITUDE E O RACISMO**

---

Viviane da Silva Almeida<sup>1</sup>

### **INTRODUÇÃO**

O supremacismo branco no Brasil, segundo Abdias do Nascimento (1968), criou instrumentos de dominação racial muito sutis e sofisticados para mascarar um processo genocida. O mais efetivo deles se constituiu no mito da “democracia racial”. Este mito, abordado por Siss (2003) como pseudodemocracia racial, parte de uma perspectiva sustentada em que a sociedade brasileira estaria isenta de conflitos raciais, Freyre (1987) afirmou que os brasileiros resolveram sua questão racial porque os colonizadores lusitanos efetivaram a miscigenação, portanto, dessa forma, o embasamento da pseudodemocracia racial está lastreada numa dupla mestiçagem: a biológica e a cultural.

São fartos os dados dos principais institutos de pesquisa reconhecidos nacionalmente, como IBGE (1998) ou IPEA (2000), mostrando que entre os pobres, os afro-brasileiros são a esmagadora maioria – *de cada 10 pobres 7 são negros*. Negros são maioria entre os pobres por serem discriminados enquanto negros. (BENTO, 2005, p. 168, grifo da autora).

A importância no processo de luta contra o racismo nesta diáspora tem sido uma busca constante da construção da identidade afro-brasileira, para que os negros no Brasil possam exercer de forma plena sua cidadania e lutar contra o racismo. Neste cenário, Carvalho (2002) mostra que da cidadania como a conhecemos fazem parte então a lealdade a um Estado e a identificação com uma nação. As duas características também nem sempre aparecem juntas. A identificação à nação pode ser mais forte do que a lealdade ao Estado, e vice-versa. Em geral, a identidade nacional se deve a fatores como religião, língua e, sobretudo, lutas e guerras contra inimigos comuns. A lealdade ao Estado depende do grau de participação na vida política. A maneira como se formaram os Estados-nação condiciona assim a construção da cidadania. Em alguns países, o Estado teve mais importância e o processo de difusão dos direitos se deu principalmente a partir da ação estatal. Em outros, ela se deveu mais à ação dos próprios cidadãos. (CARVALHO, 2002).

---

<sup>1</sup> Mestra em Educação - Técnica em Assuntos Educacionais na UFRRJ – Pesquisadora do GPESURER - Grupo de Pesquisa Educação Superior e Relações Étnico-Raciais.

Diante deste quadro, é notória a presença de um tipo específico de atuação racista, nas instituições oficiais, conhecida como o racismo institucional ou estrutural, que tem se mostrado como uma forma de induzir, manter e condicionar a organização e a ação do Estado, suas instituições e políticas públicas ao atuar também nas instituições privadas, produzindo e reproduzindo a hierarquia racial “propositiva”, mas muitas vezes subjetiva para excluir aqueles que estão fora da supremacia branca. Moore mostra que

a democratização da sociedade, através da eliminação dos privilégios criados e mantidos pelo regime colonial, foi eficaz na criação rápida de quadros nativos capazes de governar essas sociedades, a ponto de fazer com que praticamente todos os países africanos e asiáticos adotassem medidas similares. Mais tarde, os países do Caribe e do Pacífico Sul, que se tornaram independentes nas décadas de 60 e 70, também se valeram dessa estratégia de empoderamento. Na fase após a independência, as políticas de ação afirmativa igualmente serviram para resolver problemas de desigualdades internas, historicamente herdadas, pelos países recém independentes. (MOORE, 2005, p. 311).

O Instituto Rio Branco (IRBr), como única instituição oficial de formação de diplomatas do Ministério da Relações Exteriores (MRE) tem registrado uma sub-representação de afro-brasileiros na carreira diplomática. Neste sentido, Oliveira (2011) declara por seus estudos que, até 2010, apenas 0,07% dos diplomatas do IRBr eram afro-brasileiros, dado este que comprova esta sub-representação.

Em nosso país, para ser diplomata, atualmente, além dos pré-requisitos comuns aos concursos federais, é necessário apresentar diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior, emitido por instituição de ensino credenciada pelo Ministério da Educação (MEC). Reis (2013) vem mostrar que atualmente, o candidato a diplomata é submerso por sensações inconvenientes,

assim, o educando tende a pensar que a classificação é a única coisa que conta, pois é medida de sobrevivência. Tudo, inclusive a autoestima, parece depender de um número mágico no boletim de notas. Isso faz com que os alunos se sintam vulneráveis, o que não é produtivo. (REIS, 2013, p. 178).

Na conjuntura educacional, percebemos o quanto ainda são presentes práticas institucionais racistas na educação básica. Este racismo perverso vai permeando-se de tal forma que muitos jovens negros sequer tem apoio para conseguir manter-se na universidade e quiçá aspirar a ter um cargo considerado de alto escalão como é o diplomata. Bourdieu e Passeron (2014, p. 11) mostram bem esta realidade “[...] a escola, da Educação Infantil ao Ensino Superior, atua na reprodução das estruturas sociais por

meio da produção de estruturas mentais que lhes são correspondentes, fazendo perdurar uma lógica de castas sob uma fachada de racionalidade meritocrática”.

A fala de um menino negro, para um médico, amplamente divulgada numa rede social exemplifica esta submissão que é imposta à criança. No texto, um médico branco relata que, ao atender um menino negro e perguntá-lo sobre o que gostaria de ser quando crescesse, ele diz caminhoneiro. Ao indagá-lo sobre o motivo, o menino diz que queria mesmo é ser médico, mas não podia ser porque era negro. João Paulo Porto, médico pediatra e neurologista infantil, descreve que o diálogo<sup>2</sup> entre eles foi assim:

- Você é muito inteligente. - disse eu ao garoto.
- Obrigado.
- Já sabe o que vai ser quando você crescer?
- Já. Vou ser caminhoneiro.
- Mas não pensou em outra coisa, você tem muita capacidade, pode ser qualquer coisa!
- Bem, eu queria mesmo ser médico...
- Ora, então seja!!
- Não posso!
- Não pode? Não pode por que?
- Porque eu sou negro.

Imagine você o porquê de ele pensar assim. Imagine você como estar há 5 gerações da escravatura pode ter influenciado a história dessa família e a atual condição dessa criança. Imagine como o preconceito de décadas minou as chances dessa família de dar aos seus descendentes uma vida melhor do que tiveram... Imagine agora, o quanto você é absurdamente privilegiado em relação a eles. (2014, grifo do autor).

Pergunto-me se esta criança alguma vez pode ser atendida por um médico negro e a resposta logo me vem, talvez não, talvez por nunca ter visto um médico negro e por diversos discursos em sua vida, tenham incutido que ele jamais poderia tornar-se médico ou qualquer outra profissão elitizada, simplesmente por ser negro. A exclusão da população negra (pretos e pardos de acordo com o IBGE) dos processos educativos formais é também um obstáculo à carreira/ingresso de diplomata ao IRBr.

O sistema educacional é o campo no qual são reproduzidos muitos dos estereótipos de gênero existentes em nossa sociedade como o caso da questão racial, que ainda se constitui uma esfera marcada por fortíssimas desigualdades no acesso e na permanência dos indivíduos dos diferentes grupos populacionais. Esta é uma característica muito importante na medida em que o acesso à escolaridade é uma das formas por excelência de ascensão social e de potencialização do acesso a muitos bens

---

<sup>2</sup> Disponível em: [http://www.brasilpost.com.br/joao-paulo-porto/porque-eu-sou-negro\\_b\\_6139816.html](http://www.brasilpost.com.br/joao-paulo-porto/porque-eu-sou-negro_b_6139816.html)  
Acesso em 29 abr. 2015

produzidos pela sociedade [...] Nesse sentido, os indicadores educacionais se convertem em um importante instrumento de percepção de quão desiguais são as possibilidades de construção de oportunidades sociais para os diferentes grupos sociais. (Retrato das desigualdades de gênero e raça, IPEA, 2008, p. 5).

Souza (2006) ao analisar a carreira de diplomata realiza uma excelente constatação. Ele explicita em seu artigo que

a figura do Barão do Rio Branco é o emblema da comunidade moral dos diplomatas. Sendo o responsável pelos acordos de negociação das últimas fronteiras e por dar forma à diplomacia brasileira, ele é a solução simbólica que vincula duas totalidades, a Casa e a Nação. (SOUZA, 2006, pp. 810-811).

No Brasil, o acesso à diplomacia sempre foi dificultado, principalmente para aqueles que não tiveram historicamente a oportunidade de estar representados nas relações diplomáticas. Neste contexto, este trabalho buscou investigar os critérios de seleção ao cargo de diplomata e quais as impressões que os diplomatas tanto afro-brasileiros e brancos que ingressam no IRBr possuem sobre a carreira. Foi pertinente ampliar a discussão, pois a pesquisa tem relevância acadêmica, primeiro por utilizar novos caminhos para investigar o racismo institucional nas instituições sociais e segundo, pela relevância política e social para os movimentos negros brasileiros que vem lutando para que o quadro da sub-representação dos afro-brasileiros nas instituições sociais brasileiras seja alterado.

O universo da pesquisa foi o IRBr, buscávamos analisar as categorias de raça e gênero. Nesse universo, tinha o contato inicial de um diplomata negro e um diplomata branco, do MRE, e, diante da dificuldade de selecionar os demais participantes da pesquisa, optamos pela técnica chamada de *snowball*, utilizada por Valentim (2012). A autora aponta que

a técnica *snowball* utiliza “cadeias de referências” como vias de acesso privilegiadas quando se estudam populações ocultas, de difícil acesso ou que tem preocupações com a privacidade, entretanto, ninguém na esfera social é totalmente inacessível. (VALENTIM, 2012, p. 52, grifo da autora).

A preocupação com a privacidade foi uma característica latente dos primeiros participantes e, diante de tal preocupação, preferimos pesquisar pautados no anonimato. Na impossibilidade de realizar a pesquisa com todo o IRBr, trabalhamos com um recorte amostral, realizado por meio da técnica *snowball*.

Utilizamos como procedimentos metodológicos a análise bibliográfica, pesquisa documental materializada em editais e entrevista semiestruturada e aplicamos também a análise de discurso com o apoio de Rojo (2004), que objetiva a seleção de elementos linguísticos ou discursivos, como o registro, o dialeto social, o gênero, e de como esses discursos se regulam socialmente. Ao assumir este debate, se fez necessária uma abertura e conhecimento sobre o conceito de raça<sup>3</sup> e o reconhecimento das desigualdades pelas quais os afro-brasileiros<sup>4</sup> têm sofrido no Brasil. Ao desvelar os discursos, as categorias raça, racismo, racismo institucional, branquitude, poder, relações raciais, afro-brasileiros, precisaram ser aprofundadas.

Como a maior parte dos egressos(as) entrevistados(as) já terminou o curso do referido Instituto, o Palácio do Itamaraty, se do Ministério das Relações Exteriores foi o local em que eu estive em contato com 80% dos(as) entrevistados(as).

## **O DESVELAMENTO DA PESQUISA**

No início de 2014, no Rio de Janeiro, conheci pessoalmente Ibsene tivemos um debate relevante sobre o Programa de Ação Afirmativa do IRBr, mas a entrevista foi postergada. Neste mesmo período, consegui contato telefônico com João que se disponibilizou a participar enquanto “não afirmativo”<sup>5</sup>.

Após contatar estes dois diplomatas, tentei alguns contatos telefônicos e ao falar com um dos que se propuseram a conceder-me o depoimento somente por meio do questionário, que eu estava com viagem agendada a Brasília para entrevistar outro diplomata, o posicionamento dele mudou, Viajei à Brasília e consegui dez entrevistas, que ocorreram em outubro de 2015.

A maior parte da coleta de dados com os sujeitos desta pesquisa ocorreu no Palácio do Itamaraty, sede do MRE, na Asa Sul, em Brasília, Distrito Federal. As outras aconteceram em outros locais escolhidos pelos entrevistados, no entanto, próximos à sede do MRE.

---

<sup>3</sup> Para Siss (2003) a categoria raça deve ser percebida como mecanismo de estratificação social que opera fundamentado na percepção da diversidade fenotípica, como por exemplo, cor da pele, textura de cabelo e se constitui como um mecanismo importante e poderosíssimo determinante de estratificação social. Nessa perspectiva, a categoria raça aqui se distancia de qualquer filiação a determinismos biológicos, ao mesmo tempo em que rompe com reducionismos simplistas de classe, os quais concebem a raça como um mero epifenômeno.

<sup>4</sup> Ainda Siss (2003, p. 21) conceitua o termo afro-brasileiro, que é utilizado para designar os cidadãos descendentes de africanos nascidos no Brasil, filhos da diáspora africana. Ao mesmo tempo em que remete a um movimento de identificação étnica com os nascidos na diáspora africana de outros lugares. Ele deve ser compreendido ainda, no sentido que a ele é dado pelo Movimento Negro Nacional.

<sup>5</sup> O entrevistado utilizou este termo para afirmar que não havia participado de ação afirmativa alguma.

Os sujeitos da pesquisa, pautados no anonimato, preocupação muito latente deles, estão identificados com um nome fictício, escolhido por eles.

Em relação aos cursos preparatórios, Ana relata

– fiz um curso de preparação. Eu terminei a minha dissertação de mestrado, e aí, exatamente no mesmo mês que eu defendi, eu fui e me matriculei nesse curso, que é um curso bastante popular entre as pessoas que fazem esse concurso... Isso, faltava uns seis meses pra prova, eu fiz um estudo super intensivo, mas nessa primeira prova eu não passei, no TPS, e aí eu continuei estudando, só que no ano seguinte, no ano que eu passei, o concurso atrasou, então, quando era para ter saído o edital, em janeiro/fevereiro/março, o edital só saiu em junho e aí a gente só foi assumir no final do ano. [...] Ele até oferece umas opções de bolsa e tal, mas assim, é um curso bastante caro, você tem que ter um dinheiro, um colchão de reserva, para poder bancar esse estudo. (Ana, branca<sup>6</sup>).

Isis acredita ser possível passar no concurso para o cargo de diplomata sem uma preparação específica, somente com a formação em nível superior, formação exigida ao cargo, contudo, mesmo tendo casos na diplomacia, isso é muito raro. Ela diz:

– é possível, porque há pessoas nessa situação. Agora, é raro, mas é possível. Aí sim entram as questões individuais, uma pessoa que vem de uma boa formação, básica, de ensino fundamental e médio, e que faz um curso, e aí sim, eu acho que um curso, principalmente nas áreas que são mais afins, da diplomacia, e que é muito curioso, lê muito, se informa bastante e acompanha essa área, eu acho que sim. Tem condição, mas é raro, é raro. (Isis, negra<sup>7</sup>).

– Em relação à preparação para o concurso, ao ser questionado se fez algum curso preparatório ou aulas particulares, João teve posicionamento que muito diferiu dos outros pesquisados, diz que “não fez curso preparatório, que estudou ‘sozinho’”, afirma que – eu me arrependo, porque eu acho que se tivesse feito, eu tivesse passado antes, mas... É que eu sempre gostei muito de ler e a leitura aqui... E o vestibular aqui não é como, sei lá... IME e mesmo o congresso que você tem matérias específicas, aqui eu acho que se você tiver uma boa carga de leitura, História e tal... aqui você tem: veterinário, psicólogo... **Eu entrei aqui porque eu tive uma vida fácil, que me permitiu...** por exemplo, eu sempre gostei muito de ler, mas se você tem que sustentar mulher e filho, daí você casa, tem tua casa, tenho filho... Não dá... É como eu te disse, não é uma questão... Aí é que eu te digo, se você é branco, você também não vai entrar, por cotas... Vai ser difícil. (João, branco, grifo meu).

---

<sup>6</sup> Neste ponto exponho o termo que os próprios entrevistados utilizaram ao serem perguntados sobre qual grupo étnico-racial declaravam seu pertencimento. Do meu ponto de vista enquanto pesquisadora, excetuando as duas diplomatas que responderam ao questionário, com as quais não tive o contato pessoal, os oito entrevistados pessoalmente tiveram declaração coerente relacionada a elementos fenotípicos, como textura do cabelo, forma do nariz e, sobretudo, cor da pele, como Oracy Nogueira reforçou, que são fatores que condicionam ou impedem mobilidades ao negro brasileiro que, no Brasil, seria o que ele nomeou de “preconceito de marca”. (NOGUEIRA, 1995).

<sup>7</sup> Idem.

No momento em que João disse sobre ter tido uma “vida fácil” pensei: como é a vida dos 51,1% dos negros brasileiros? Se ter uma vida fácil auxiliou João a ingressar na diplomacia, àqueles que teriam uma vida dificultada seria imposta a falta de facilidade para aspirar a ser diplomata. Seria então uma carreira de elite? A carreira seria para aqueles que tem a oportunidade de estudar, ler, capacitar-se desde cedo. O relato de João muito se assemelha ao que Schucman aponta sobre a branquitude, a autora salienta em sua pesquisa que “[...] a branquitude, é entendida como uma posição em que sujeitos que ocupam esta posição foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo.” (SCHUCMAN, 2012, p. 23).

Segundo o próprio MRE, eles não têm dados concretos sobre o quantitativo de negros diplomatas. A informação coletada foi a seguinte:

este Ministério informa que desde 2002, quando foi criado o Programa de Ação Afirmativa do Ministério das Relações Exteriores, ingressaram na Carreira de Diplomata 21 candidatos que se autodeclararam afrodescendentes e se beneficiaram de bolsas concedidas pelo Programa. O registro disponível sobre origem racial ou étnica limita-se aos funcionários que fizeram parte do referido Programa. (MRE, s/d).

Os diplomatas não pensam parecido, ao contrário de João, Black 10 destaca um outro discurso sobre a preparação ao concurso de admissão,

– fiz a faculdade trabalhando, desde o primeiro dia de faculdade trabalhava na antiga escola técnica federal do Estado, que hoje é um Instituto Federal de Educação, uma coisa assim... trabalhei durante todos os 4 anos. Mas eu sempre fui, como eu falei, muito afeito por estudar, então era assim, tipo, eu chegava do trabalho, ficava estudando, até de madrugada, aquela coisa que o negro tem que estudar 3 vezes mais porque toda a estrutura não é a normal, ideal, para o processo educativo [...] Mas mesmo assim, precisei de curso preparatório. (Black 10, pardo).

Maria do Carmo também fala sobre ter que estudar mais por ser negra quando diz que

– meus pais sempre foram pobres, mas conseguiram uma pequena ascensão social durante a minha infância. Minha família é de classe média baixa. Meus pais e minhas avós sempre incentivaram a mim e a minha irmã a estudar. Eles sempre falavam que somente estudando conseguiríamos bons empregos e conquistaríamos a nossa independência. *Minha avó paterna e minha mãe iam além, dizendo que não podíamos ser medianas, que tínhamos de ter um desempenho melhor do que o dos nossos colegas brancos.* Elas sempre diziam que, num processo seletivo para emprego, nós, negras, sempre

começávamos atrás dos brancos e que tínhamos que ser muito, muito boas, para nos realizarmos profissionalmente. (Maria do Carmo, negra, grifo meu).

Os discursos destes diplomatas vão ao encontro de uma das conclusões do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que diz que “a desigualdade entre brancos, pretos e pardos se exprime também na observação do ‘empoderamento’, relacionado ao número de pessoas em posições privilegiadas na ocupação. Na categoria de empregadores, estão 6,1% dos brancos, 1,7% dos pretos e 2,8% dos pardos em 2009” (IBGE, 2010, p. 230). E também de Schucman, quando diz que,

na sociedade brasileira, os indivíduos, querendo ou não, são classificados racialmente logo ao nascerem, nos classificados socialmente como brancos recaem atributos e significados positivos ligados à identidade racial à qual pertencem, tais como inteligência, beleza, educação, progresso etc. A concepção estética e subjetiva da branquitude é, dessa maneira, supervalorizada em relação às identidades raciais não-brancas, o que acarreta a ideia de que a superioridade constitui um dos traços característicos da branquitude. (SCHUCMAN, 2012, p. 27).

A autora nos mostra como, na estrutura de nossa sociedade, a concepção de que o branco é melhor vem subjetivamente enraizada pela nossa história e que muitos têm perpetuado esta prática, inculcando no imaginário e na identidade dos não-brancos a naturalização de que sempre vai ser mais difícil para o negro. O que é natural ser mais difícil. E quando João diz que teve uma vida fácil, percebemos claramente este discurso.

Em relação à preparação para o Concurso de Acesso à Carreira Diplomática (CACD), os sujeitos, por meio de suas falas expressam que, de alguma forma se faz necessária alguma preparação além da formação em nível superior. Mesmo diante desta constatação, é possível encontrar alguém que não tenha realizado tal preparação, no entanto, como a entrevistada Isis disse, é muito raro. Ao trazer a análise da quantidade de anos de estudo, em comparação aos negros e aos brancos, que está explícita no Censo, temos os seguintes dados:

- A população branca de 15 anos ou mais de idade tem, em média, 8,4 anos de estudo em 2009, enquanto pretos e pardos têm, igualmente, 6,7 anos. Em 2009, os patamares são superiores aos de 1999 para todos os grupos, mas o nível atingido tanto pela população de cor preta quanto pela de cor parda, com relação aos anos de estudo, é atualmente inferior aquele alcançado pelos brancos em 1999, que era, em média, 7,0 anos de estudos.

- A proporção de estudantes de 18 a 24 anos de idade que cursam o ensino superior também mostra uma situação em 2009 inferior para os pretos e para os pardos em relação à situação de brancos em 1999. Enquanto cerca de 2/3, ou 62,6%, dos estudantes brancos estão nesse nível de ensino em 2009, os dados mostram que há menos de 1/3 para os outros dois grupos: 28,2% dos pretos e 31,8% dos pardos[...] Em 1999, eram 33,4% de brancos, contra 7,5% de pretos e 8,0% de pardos. (IBGE, 2010, p. 227).

O acesso ao nível superior dos afro-brasileiros tem aumentado consideravelmente, como é demonstrado por meio dos dados do último Censo (2010), porém esse avanço ainda é lento se comparado aos brancos. Dessa forma, ainda que o acesso ao nível superior tenha sido democratizado pela reserva de vagas em uma grande parte das universidades públicas brasileiras, a permanência destes nas universidades ainda é um entrave. Valentim (2012) nos mostra com nitidez que

as ações afirmativas para os negros nas universidades fazem parte das chamadas políticas de reconhecimento da diferença, cujas demandas estão ligadas à representação, à cultura e à identidade dos grupos étnicos, raciais, sexuais, dentre outros. As demandas por reconhecimento vêm adquirindo maior relevância na arena política desde o fim do século XX. Todavia, as demandas por reconhecimento da diferença ocorrem em um mundo de desigualdade material acentuada, onde ainda faz muito sentido lutar por uma repartição menos desigual das riquezas sociais, isto é, por políticas de redistribuição. (VALENTIM, 2012, p. 252).

O amparo familiar foi marcado como primordial aos indivíduos entrevistados pertencentes ao grupo étnico-racial branco. Em seus discursos, compreendemos como aponta Silva (1999), que, aparentemente os brancos possuem mais sucesso na conversão de investimentos educacionais em *status ocupacional*. Todavia, devemos notar que isto pode estar enviesado por outros recursos familiares não-educacionais, como o histórico parental<sup>8</sup> (SILVA, 1999). Esse histórico parental é sinalizado pelo discurso destes indivíduos que se apresentam em seguida,

- Bem meu, pai me ajudou com apoio financeiro, pois eu estava desempregado na época, inclusive foi ele que me falou sobre esse concurso. (Hugo, branco).
- Minha família sempre apoiou, de todas as formas, emocionalmente, financeiramente... porque para a grande parte das pessoas que optam por fazer esse concurso, isso implica você ter que parar a sua vida como um todo e não trabalhar, viver em função do concurso. Então,

isso, na maior parte dos casos, significa que a pessoa precisa ter algum tipo de suporte financeiro, de família, para conseguir se dedicar 100%, porque hoje é um concurso que é considerado um dos mais difíceis do Brasil. Então, não significa que outras pessoas... até mesmo na minha turma tem pessoas que trabalhavam e conseguiram passar no concurso, mas são exemplos mais raros, pessoas que conseguem conciliar o trabalho com o estudo, em geral, essas pessoas demoram mais para passar também. [...] Então eu acho que você conciliar com o trabalho acaba atrasando um pouco. (Ana, branca).

A relação desse histórico parental abordado por Silva (1999), ao ser analisado o discurso dos sujeitos afro-brasileiros, vai ao encontro do que Bourdieu & Passeron chamaram de herança cultural. Segundo eles,

[...] a ação do privilégio é percebida, na maioria das vezes, somente sob suas formas mais brutais, recomendações ou relações, ajuda no trabalho escolar ou ensino suplementar, informação sobre o ensino e suas possibilidades. De fato, o essencial da *herança cultural* se transmite de maneira mais discreta e mais indireta e mesmo na ausência de todo o esforço metódico e de toda ação manifesta. Nos meios mais “cultos” é talvez menos necessário pregar a devoção à cultura ou tomar, deliberadamente, nas mãos a iniciação à prática cultural. Em oposição ao meio pequeno-burguês, no qual os pais não podem transmitir outra coisa, a maior parte do tempo, que a boa vontade cultural, as classes cultas arranjam iniciações difusas muito mais bem preparadas para suscitar, por uma espécie de persuasão clandestina, a adesão à cultura. (BOURDIEU & PASSERON, 2004, p. 37, grifo meu).

Da mesma forma como percebemos relação estreita e presença deste histórico parental e herança cultural no grupo étnico-racial branco, notamos como os entrevistados afro-brasileiros expõem a relação e o apoio de suas famílias, foi essencial, mesmo que não entendessem o motivo de suas escolhas, como os relatos anteriores.

– Minha mãe sempre foi, e aliás, isso é uma grande característica que eu sempre tive e herdei dela, a minha mãe sempre colocou: - o céu é o limite. Ela fez sacrifício, meu pai separou dela muito cedo, ela criou quatro filhos sozinha ela sempre dizia que a gente podia ser o quisesse, desde que a gente estudasse muito. Então isso sempre foi um bastião, mesmo quando eu perdi na penúltima vez, que eu fui até a última fase e perdi. Ela disse: - ah meu filho, não tem problema não, estuda mais que você vai passar... Ela não sabia, mas começava me dando estímulo. Então no ano que eu perdi eu não fui lá no Natal, no Réveillon, fiquei dia 25 de dezembro estudando, dia 31 de dezembro estudando, em pleno Rio de Janeiro, e mesmo assim ela dizia: - não tem problema não, Réveillonvai ter todo ano, Natal vai ter todo ano, ano que vem quando você passar, você vem. Sempre teve muito estímulo dos familiares, os 3 irmãos também, apesar de não entenderem muito, só a minha irmã é que consegue entender mais, muito bem o que era isso, mas sempre incentivavam. Sempre apoiaram porque sabiam que era uma coisa que eu queria. Era muito mais neste sentido. –Ah é uma coisa que ele quer, que ele vai ser feliz

fazendo, então vamos apoiar e é só depende dele, basta que ele estude muito. (Black 10, pardo).

– Como eu te falei, eu acho que eu decidi fazer o concurso, acho que num momento muito mais tarde do que o normal, e também pra mim foi um certo desvio de trajetória, eu estava fazendo uma coisa, e aí decidi mudar, e também fiquei muitos anos morando fora do Brasil, então eu já tinha saído de casa, e adquirido minha independência financeira há algum tempo, já fui casado e tudo mais. Então assim... As grandes decisões que eu tomei, a minha família, ela apoiou, até porque eu sempre fui muito voltado para os estudos, sabe? E os estudos realmente me levaram muito longe, em vários sentidos. [...] Conversei com minha mãe, conversei com meu pai, meu pai ainda era vivo na época. Da parte do meu pai não houve apoio, assim, financeiro, da parte da minha mãe, assim, muito pouco, mas muito pouco mesmo, o que eu não queria fazer, eu não queria ficar na minha cidade natal, na casa dos meus pais, na casa da minha mãe, como estudante, pra esse concurso, dependendo diretamente dela, eu acho que isso não ia ser bom pra mim, então vim pra Brasília e também foi uma forma de eu me manter mais concentrado, sabe? E manter um foco no concurso. Eu acho que foi muito importante. E minha família sempre compreendeu isso, sempre viu, é o estudo dele, deixa ele lá, fazendo as coisas dele... Nesse sentido. (Ibsen, negro).

Conseguimos identificar, pelos relatos, como a família apoiou, de alguma forma os(as) diplomatas, mas ainda é perceptível a presença mais forte do histórico parental dos brancos, bastante relacionado ao poder da branquitude apontado por Bento (2005) e Schucman (2012).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na intencionalidade de analisar estas falas, trago à luz da discussão, Oliveira (2011), que aponta que

as explicações podem estar relacionadas com a estrutura histórico-social brasileira, com a formação da burocracia do Estado e com o sistema educacional ou pode ainda ter relação com o racismo não-declarado que serve de barreira velada para a ascensão de negros a esses citados cargos, bem como de explicação para obstarem políticas públicas reparadoras. (OLIVEIRA, 2011, p. 12).

As vivências dos agentes diplomáticos entrevistados, em relação ao racismo no Brasil também foram analisadas, No cerne desta questão, precisamos relembrar o que Abdias do Nascimento já dizia em 1968.

O branco que aportou no Novo Mundo trouxe consigo a bagagem milenar da civilização europeia. Não teve ele trezentos anos de escravidão semi-animalizadora. Trouxe os ensinamentos que a experiência civilizadora lhe dispôs, fundou o seu lar. Criou os organismos controladores da sociedade. Com o braço escravo e terra

feraz, colheu as bases da nossa economia, ergueu cidades, extraiu ouro, abriu os caminhos de ferro e construiu esse grandioso patrimônio que representa a nossa pátria comum. Por isso, o orgulho advindo dessa superioridade conseqüente das circunstâncias, que não racial, gerou o preconceito. (NASCIMENTO, 1968, p. 139).

Foucault (1996), aponta que

o racismo existia já há muito tempo. Eu acredito que, no entanto, funcionava em outra parte. O que permitiu o registro do racismo nos mecanismos do Estado foi justamente a emergência do biopoder. Este é o momento em que o racismo se insere como um mecanismo fundamental do poder e de forma a ser exercida nos Estados modernos. Isto faz com que o modo moderno de funcionamento dos Estados, até certo ponto, até certo limite e em certas condições, passando através das raças. (FOUCAULT, 1996, p. 205).<sup>9</sup>

Sobre o biopoder que Foucault sinaliza, podemos compreender como aqueles que estão no poder fazem, por exemplo, com o simples fato de julgar o caráter, a índole (critérios tão subjetivos), simplesmente pela cor de sua pele, pelos traços fenotipicamente negros. López (2012) mostra que este biopoder está relacionado a um campo formado relativamente por tentativas racionalizadas em média escala, na intervenção sobre características inerentes à existência do homem. Este biopoder aparece como um controle social que se principia no corpo, podendo expressar-se na materialidade do poder nos corpos dos sujeitos (LÓPEZ, 2012).

Comprendemos o quanto os relatos evidenciam como a manifestação do racismo tem operado e, como bem falou Schucman, o indivíduo tende a construir-se racista. Constato também que esta construção passa de como o branco obtém este privilégio de sua branquitude sem preocupação alguma e o quanto o Estado brasileiro perpetuou práticas racistas excludentes. Ainda assim, uma boa parte dos brancos brasileiros se sente incomodado quando há mecanismos de reparação para que os negros consigam serem mais representados nos cargos considerados de alto escalão no país.

No Brasil, em relação à questão de raça, na construção da intitulada sociedade brasileira, a minoria colonizadora branca inculcou dogmas de superioridade sobre as populações não-brancas. (RAMOS, 1957). Siss (2011) explica que não se pode negar que as desigualdades social e étnico-racial operem como poderosos mecanismos de estratificação social em qualquer sociedade onde elas se manifestem. É certo, também, que ainda há um longo caminho a percorrer.

---

<sup>9</sup> Tradução minha.

Na fala dos diplomatas compreendemos que há aqueles que acreditam que o preconceito de classe é mais importante que o preconceito étnico-racial e se opõem, de forma veemente, a qualquer tipo de política de ação afirmativa, citando inclusive que exista um “classismo” na seleção ao cargo. Porém, há aqueles que demonstraram ser o preconceito étnico-racial mais importante que a condição de classe e que esse preconceito e o racismo concorrem para produzir e reproduzir as condições de subalternização dos afro-brasileiros frente ao grupo étnico-racial branco, político e socialmente dominante.

Percebemos pelos relatos dos diplomatas entrevistados o quão difícil é o processo de democratização e a mitigação do racismo institucional, ainda bastante presente no acesso à carreira diplomática no Brasil. Contudo, percebemos que existe uma parcela que se incomoda com a possibilidade de ingresso neste “Mundo de Rio Branco” de pessoas que não seriam capazes de adaptar-se à carreira.

Compreendemos pela pesquisa empírica, que o *ethos*<sup>10</sup> que opera sobre o diplomata, está enraizado numa perspectiva de *status* privilegiado na sociedade brasileira, carregado de *glamour*, a fala de uma das entrevistadas traduz isto, quando expõe que o diplomata possui

[...] uma formação que, é aperfeiçoada no IRBr e que caminha para uma certa harmonização, digamos assim, de conhecimentos, de conduta, que transforma o diplomata num elemento que é muito parecido uns com os outros, ou seja, cria-se uma classe, uma categoria, que tem muitos pontos em comum, que fala parecido, que se comporta parecido, que se veste parecido, mas que dialoga pouco com a sociedade. (Isis, negra).

Assim, neste cenário, eles teriam que adequar-se ao “Mundo de Rio Branco” apontado por Moura (2007), não só quando ingressa no Instituto, mas antes, quando inicia a sua preparação. Percebemos que há uma corrente para que o negro que ingresse na carreira, tenha uma conduta parecida com aqueles que já estão no poder, os brancos. Isso não quer dizer que todos ajam desta forma, porém é uma característica presente nos discursos.

Na chamada ordem social livre, ou seja, no regime republicano, esse país criou instituições cujos imaginário e práticas estão assentadas em *lócus* racistas, como bem apontam os estudos de Florestan Fernandes (1972), de Carlos Hasenbalg (1979), Andrews (1998) e Siss (2003), dentre tanto outros. O que surpreende, é que esse tipo de

---

<sup>10</sup>*Ethos* aqui, segundo Moura (2007) assume o caráter normativo que a “casa” impõe.

racismo já começa a ser identificado, como demonstram as análises dos discursos dos/das entrevistados/das, o que pode possibilitar seu enfrentamento, no âmbito daquela Instituição.

## REFERÊNCIAS

- ANDREWS, G. R. Negros e brancos em São Paulo, (1888-1988). Tradução: Magda Lopes, Bauru, São Paulo, EDUSC, 1998.
- BENTO, M.A.S. Branquitude e Poder – A Questão das Cotas Para Negros. In: Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas. SANTOS, S.S. (Org.). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- BOURDIEU, P. PASSERON, J.C. Os herdeiros: os estudantes e a cultura, tradução de VALLE, I. R., VALLE, N. Ed. da UFSC, Florianópolis, 2014.
- CARVALHO, J. M. de. Cidadania no Brasil. O Longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CESPE/ UnB – Concursos e seleções. Disponível em: <<http://www.cespe.unb.br/>>. Acesso em 10 nov. 2015
- IBGE - Tendências demográficas: 1950 – 2000. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/Censo2000/tendencias\\_demograficas/comentarios.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/Censo2000/tendencias_demograficas/comentarios.pdf)>. Acesso em 17 nov. 2015
- IPEA. Retrato das desigualdades de gênero e raça. 1 ed., Brasília, Ipea, 2008.
- FERNANDES, F. O negro no mundo dos brancos. São Paulo, Difel. 1972
- FREYRE, G. Casa Grande e senzala. 16. Ed. Rio de Janeiro, José Olimpio Editora. 1987.
- HASENBALG, C. A. Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- LÓPEZ, L.C. Conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde. Interface - Comunic., Saúde, Educ., v.16, n.40, p.121-134, 2012.
- MOORE, C. Do Marco Histórico das Políticas Públicas de Ação Afirmativa. In: SANTOS, S. A. dos (Org.). Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas. Coleção Educação para Todos; vol. 5, Brasília, Ministério da Educação, UNESCO, 2005.Pp. 307-334.
- NASCIMENTO, A. do (Org.). O Negro Revoltado. 2a ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982 (1968).
- NOGUEIRA, O. Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais. São Paulo. T.A. Queiroz Editor, 1995.
- OLIVEIRA, A.P.C. Diplomatas negros (as): Ação afirmativa no Instituto Rio Branco e trajetórias de diplomatas (ex) bolsistas. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal da Bahia. 2011. [mimeo]

- OLIVEIRA, J. L. L. NEGROS E DIPLOMACIA: Presença de afrodescendentes no Ministério de Relações Exteriores. Estudo comparado Itamaraty- Departamento de Estado norte-americano. (Dissertação de Mestrado). Instituto Rio Branco. Brasília. 2011. [mimeo]
- RAMOS, A. G. Introdução à sociologia crítica. Editora UFRJ. Rio de Janeiro. 1995 (1957).
- REIS, F. G. Por uma academia renovada: formação do diplomata brasileiro. Brasília, FUNAG, 2013.
- ROJO, L. M. A. fronteira interior – Análise crítica do discurso: um exemplo sobre “racismo”. In: IÑIGUEZ, L. (Org.). Manual de análise do discurso em Ciências Sociais. Tradução de Vera Lúcia Joscelyne. Petrópolis, Vozes, 2004.
- SCHUCMAN, L. V. Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese de doutorado. USP, São Paulo, 2012. [mimeo]
- SILVA, N. do. Diferenças raciais de rendimento. In: HASENBALG, C., et al (Org.), Cor e Estratificação Social. Rio de Janeiro, Contracapa, 1999.
- SISS, A. Afro-Brasileiros, Cotas e Ação Afirmativa: razões históricas. Rio de Janeiro, Quartet, 2003.
- SISS, A. Raça, Classe, Cotas Étnicas, Sociais e Educação Superior Brasileira. In: SISS, A, et al (Org.). Educação e etnicidade: diálogos e ressignificações. 1 ed. Rio de Janeiro/Seropédica, Quartet/Edur, 2011.
- SOUZA, A. C. de. O Instituto Rio Branco e a diplomacia brasileira: um estudo de carreira e socialização. Rev. Antropol. [online]. 2006, vol.49, n.2, pp. 803-813. ISSN 0034-7701.
- VALENTIM, D. F. Ex-alunos negros cotistas da UERJ: os desacreditados e o sucesso. Rio de Janeiro, Quartet/Faperj, 2012.
- ZEGARRA, M. C. Afro-descendentes na América Latina: análise de discursos, contra-discursos e estratégias. In: SANTOS, S. A. dos (Org.). Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas. Coleção Educação para Todos; vol. 5, Brasília, Ministério da Educação, UNESCO, 2005. Pp. 335-358